

MODELO 18 - Mapa de empréstimos

MUNICÍPIO DE RIBEIRA GRANDE
Período de relato: 01-01-2025 a 31-12-2025

Tipo	Identificação do empréstimo		Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do empréstimo	Capital		Pagamentos efetuados									Montantes vencidos e não pagos em 31/12			Capital em dívida no ano N		Amortizações médias de capital	Fundamento legal (c)
	N.º do contrato	Nome da instituição				N.º de registo	Data		Contratado	Utilizado	Amortização do capital			Juros			Outros encargos (a)			Capital	Juros	Outros encargos (a)	Em 01.01	Em 31.12	Empréstimos contratados até 31/12/2019 (b)	
											Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N	Previstos após N							
Curto Prazo																										
Total CP																										
Médio e Longo Prazo																										
Não isentos																										
47	Banco Comercial Português	30/06/2010	25	15	84	28/09/2010	Financiamento de 40% 26 fogos R.Peixe nos termos DL 110/85 de 17 Abril e Portaria 1149/01 de 29 de Setembro-Parte da SRTSS	1 300 000,00	1 037 388,99	467 575,81	41 919,15	527 894,03	281 968,24	23 244,76	50 716,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	569 813,18	527 894,03	47 725,00		
48	Banco Comercial Português	30/06/2010	25	15	83	04/10/2010	Financiamento de 20% 26 fogos R.Peixe - Parte dos Capitais Próprios	580 000,00	511 410,72	326 763,39	16 786,10	167 861,23	114 283,80	7 646,94	1 793,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	184 647,33	167 861,23	23 294,07		
55	BPI	07/03/2018	20	7	15	01/06/2018	Financiamento de obras previstas no PPI para 2018	2 468 415,00	2 437 785,36	2 061 602,32	21 676,37	354 506,67	188 467,68	14 416,91	157 887,71	1 320,00	240,00	3 480,00	0,00	0,00	0,00	376 183,04	354 506,67	121 889,27		
56	BPI	11/02/2019	20	6	26	21/05/2019	Financiamento de obras previstas no PPI para 2019	2 400 000,00	2 400 000,00	880 291,49	76 676,51	1 443 032,00	220 438,53	57 556,04	88 288,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 519 708,51	1 443 032,00	120 000,00		
52	CGD	20/07/2015	20	10	27	06/08/2015	Empréstimo para financiamento da aquisição de prédios para a obra de "Construção da rede viária do Passeio Atlântico" - Cidade da Ribeira Grande	1 500 000,00	1 500 000,00	631 578,93	78 947,37	789 473,70	237 145,10	41 532,24	74 348,94	64,30	8,00	96,00	0,00	0,00	0,00	868 421,07	789 473,70	75 000,00		
53	CGD	15/07/2016	20	9	43; 31	25-07-2016; 16-08-2016	Emprestimo para conclusão do processo de aquisição de prédios a serem integrados na via publica no âmbito da obra de "Construção da rede viária do Passeio Atlântico" - Cidade da Ribeira Grande	1 500 000,00	1 500 000,00	552 631,56	78 947,36	868 421,08	164 369,43	45 773,48	56 015,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	947 368,44	868 421,08	75 000,00		
43	CCAMA	13/01/2009	25	16	6	20/01/2009	Financiamento do valor dos capitais próprios na aquisição de 47 fogos em Rabo de Peixe e 3 fogos na Ribeirinha	830 591,90	816 570,63	479 250,00	35 500,00	301 820,63	168 121,86	13 156,12	46 425,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	337 320,63	301 820,63	36 391,03		
54	CEM	04/05/2017	15	8	3	18/05/2017	Financiamento da obra de construção do S.B. Frente Mar da Cidade da Ribeira Grande	2 000 000,00	2 000 000,00	1 440 669,30	69 916,34	489 414,36	96 070,19	26 821,65	41 324,20	122,50	20,00	180,00	0,00	0,00	0,00	559 330,70	489 414,36	133 333,33		

MODELO 18 - Mapa de empréstimos

MUNICÍPIO DE RIBEIRA GRANDE
Período de relato: 01-01-2025 a 31-12-2025

Identificação do empréstimo			Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do empréstimo	Capital		Pagamentos efetuados							Montantes vencidos e não pagos em 31/12			Capital em dívida no ano N		Amortizações médias de capital	Fundamento legal (c)		
						N.º de registo	Data		Contratado	Utilizado	Amortização do capital			Juros			Outros encargos (a)			Capital	Juros	Outros encargos (a)	Em 01.01		Em 31.12	Empréstimos contratados até 31/12/2019 (b)
Tipologia	N.º do contrato	Nome da instituição									Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N	Previstos após N	Capital	Juros	Outros encargos (a)				
	57	CEM	28/04/2023	20	2	45	09/05/2023	Financiamento da Obra de Requalificação Frente Mar–Arruam. Trav. Rua do Estrela e o Largo da Vila Nova	1 500 000,00	1 500 000,00	0,00	81 081,08	1 418 918,92	0,00	24 658,95	590 909,91	0,00	3 770,00	380,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SubTotal									14 079 006,90	13 703 155,70	6 840 362,80	501 450,28	6 361 342,62	1 470 864,83	254 807,09	1 107 710,60	1 506,80	4 038,00	4 136,00	0,00	0,00	0,00	5 362 792,90	6 361 342,62	707 632,70	
Médio e Longo Prazo Isentos																										
	33	Santander Totta	30/10/2002	25	22	230	25/11/2002	Financiamento 41,02% 37 fogos Ribeirinha	1 234 079,28	1 234 079,28	1 011 502,84	60 592,12	161 984,32	211 479,55	5 779,16	1 387,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	222 576,44	161 984,32	60 097,79	(I) 4.2
	30	Santander Totta	29/11/2002	25	23	243	10/12/2002	Financiamento 17,96% e 20% R. e R.S.	811 900,12	811 900,12	710 413,20	33 829,20	67 657,72	298 213,50	3 400,05	1 423,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101 486,92	67 657,72	33 829,15	(I) 2)
	32	Santander Totta	29/11/2002	25	22	242	10/12/2002	Financiamento 20% 48 fogos R.Peixe	683 525,67	191 529,21	163 597,79	7 980,40	19 951,02	70 431,01	1 097,82	1 329,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27 931,42	19 951,02	8 265,40	(I) 2)
	29	BPI	25/10/2002	25	23	204	06/11/2002	Financiamento 40% 15 fogos Ribeira Seca	543 057,31	543 057,31	470 929,84	23 725,43	48 402,04	76 791,94	886,26	507,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72 127,47	48 402,04	23 314,59	(I) 4.2
	31	BPI	21/11/2002	25	22	236	28/11/2002	Financiamento 40% 48 fogos Rabo de Peixe	1 702 288,73	1 702 288,73	1 430 420,64	76 257,24	195 610,85	241 350,28	3 758,65	16 883,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	271 868,09	195 610,85	78 123,62	(I) 4.2
	2	CGD	11/11/1999	25	24	352	27/05/1999	(Idem 16 Fogos)	256 771,18	242 705,07	225 868,35	11 185,59	5 651,13	43 116,59	199,00	568,95	170,42	8,30	24,90	0,00	0,00	0,00	16 836,72	5 651,13	11 296,08	(I) 4.1
	40	CGD	31/05/2007	25	18	165,3	05-01-07;02-04	Financiamento 40% valor de aquisição dos fogos já construídos(10 Dorna e 29 RPeixe), nº 9 do artigo 33º da LOE/06	1 552 056,28	1 552 056,28	1 074 867,81	63 687,44	413 501,03	99 345,65	4 783,56	3 216,97	261,75	16,60	145,25	0,00	0,00	0,00	477 188,47	413 501,03	69 661,88	(I) 16)
	41	CGD	01/03/2007	25	18	164,3	05-01-07;02-04	Financiamento Cap.Próp.valor aquisição dos fogos já	334 236,73	334 236,73	228 879,58	14 532,03	90 825,12	54 721,79	2 681,22	1 821,78	261,25	16,60	145,25	0,00	0,00	0,00	105 357,15	90 825,12	15 600,56	(I) 16)
SubTotal									7 117 915,30	6 611 852,73	5 316 480,05	291 789,45	1 003 583,23	1 095 450,31	22 585,72	27 138,29	693,42	41,50	315,40	0,00	0,00	0,00	1 295 372,68	1 003 583,23	300 189,07	
Total MLP									21 196 922,20	20 315 008,43	12 156 842,85	793 239,73	7 364 925,85	2 566 315,14	277 392,81	1 134 848,89	2 200,22	4 079,50	4 451,40	0,00	0,00	0,00	6 658 165,58	7 364 925,85	1 007 821,78	
Total Geral									21 196 922,20	20 315 008,43	12 156 842,85	793 239,73	7 364 925,85	2 566 315,14	277 392,81	1 134 848,89	2 200,22	4 079,50	4 451,40	0,00	0,00	0,00	6 658 165,58	7 364 925,85	1 007 821,78	

(a) Identificando cada um dos mesmos, designadamente, impostos, comissões e outros encargos a especificar

(b) Para efeitos deste cálculo, deverá tomar-se por referência os valores em dívida em 01/01/2014, constante do mapa 8.3.1 (empréstimos), que integra o correspondente processo de prestação de contas

(c) Empréstimos que não são considerados para efeitos de cálculo da Dívida Total

2) Empréstimos contraídos até 31.12.2002, para aquisição, construção, ou recuperação de imóveis destinados a habitação social (Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, com as alterações que entretanto lhe foram introduzidas)

4.1) Empréstimos contraídos até 31.12.2001, no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER) (artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 163/93, de 7.05, introduzido pela Lei n.º 34/96, de 29.08)

4.2) Empréstimos contraídos em 2002, no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER) (artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 163/93, de 7.05, introduzido pela Lei n.º 34/96, de 29.08)

16) Empréstimos contraídos em 2006, para execução de programas de habitação social, renovação de áreas urbanas degradadas ou para a reabilitação de equipamentos destruídos pelos incêndios abrangidos pelo n.º 9 do artigo 33.º da LOE/2006 (Despacho 22 262/2006, de 3/11)